

AS IMPLICAÇÕES DOS ALGORITMOS NA CONSTRUÇÃO DO SELF E DA IDENTIDADE DE PESSOAS SURDAS

*Juliana Linhares Brant Reis
Giovandro Marcus Ferreira*

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir as implicações da mediatização na formação do self e da identidade, com atenção à população com deficiência auditiva. A estratégia analítica foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica, além de análise em páginas do Facebook que são administradas por pessoas surdas. Há uma reflexão sobre a inferência do algoritmo (razão computacional) na construção do sentido, em especial sobre o racismo algorítmico. Se faz também uma aproximação das categorias relacionando-as às discriminações vivenciadas por pessoas surdas na ambiência mediatizada. Num segundo momento, a construção de sentido é explorada em páginas do Facebook a partir da análise sobre o posicionamento discursivo (razão comunicacional). Nesta perspectiva, as identidades são desenvolvidas a partir das interações cada vez mais mediadas com implicações dos algoritmos como também pelo posicionamento discursivo das matérias significantes veiculadas em plataformas digitais.

Palavras-chave: Algoritmos. Identidade. Self. Mediatização. Acessibilidade.

THE IMPLICATIONS OF ALGORITHMS IN THE CONSTRUCTION OF THE SELF AND IDENTITY OF DEAF PEOPLE

Abstract: This article aims to discuss the implications of mediatization for the formation of the self and identity, with a focus on the hearing-impaired population. The analytical strategy was developed based on a literature review, as well as analysis of Facebook pages run by deaf people. There is a reflection on the inference of the algorithm (computational reason) in the construction of meaning, especially algorithmic racism. There is also an approximation of the categories, relating them to the discrimination experienced by deaf people in the mediated environment. Secondly, the construction of meaning is explored on Facebook pages based on an analysis of discursive positioning (communicational reason). From this perspective, identities are developed based on interactions that are increasingly mediated by the implications of algorithms, as well as by the discursive positioning of significant material published on digital platforms.

Key words: Algorithms. Identity. Self. Mediatization. Accessibility.

LAS IMPLICACIONES DE LOS ALGORITMOS EN LA CONSTRUCCIÓN DEL YO Y DE LA IDENTIDAD DE LAS PERSONAS SORDAS

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar las implicaciones de la mediatización en la formación del yo y la identidad, centrándose en la población con discapacidad auditiva. La estrategia analítica se desarrolló a partir de una revisión bibliográfica, así como del análisis de páginas de Facebook gestionadas por personas sordas. Hay una reflexión sobre la inferencia del algoritmo (razón computacional) en la construcción del significado, especialmente el racismo algorítmico. También se realiza una aproximación a las categorías, relacionándolas con la discriminación que sufren las personas sordas en el entorno mediatizado. En segundo lugar, se explora la construcción de significado en las páginas de Facebook mediante el análisis del posicionamiento discursivo (razón comunicacional). Desde esta perspectiva, las identidades se desarrollan a partir de interacciones cada vez más mediadas por las implicaciones de los algoritmos, así como por el posicionamiento discursivo del material significativo publicado en las plataformas digitales.

Palabras clave: Algoritmos. Identidad. Self. Mediatización. Accesibilidad.



1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir as implicações dos processos de mediatização na formação do self e da identidade, com especial atenção à população com deficiência auditiva. Mesmo diante de sociedades e instituições mediatizadas, o acesso não é para todos. E ainda : ter contato com os dispositivos não significa ter domínio sobre seu uso, haja vista que algumas comunidades não se apropriam efetivamente do ciberespaço ou quando procuram se apropriar, percebe-se que o ambiente não foi pensado para elas, como é o caso das pessoas surdas, que muitas vezes precisam de recursos de acessibilidade para garantir o seu direito à comunicação.

Acessibilidade comunicacional é aquela em que não há barreiras na comunicação, seja interpessoal, escrita ou no ambiente digital. É fundamental para a inclusão social das pessoas com deficiência e está relacionada ao direito à comunicação, ao direito de ter acesso às tecnologias da informação como qualquer cidadão. Promover acessibilidade, portanto, consiste em eliminar barreiras e contribuir com o acesso a bens culturais e materiais (SANTOS et al., 2021; BONITO, 2020).

Na Era da Informação, a crise na comunicação se mantém. Muitas empresas de comunicação se deslocam da mídia impressa e televisiva para o ciberespaço e se apropriam das plataformas sociais para se aproximar dos leitores ou receptores. Mas, ainda assim, as instituições de mídia não se atentaram para a adoção de práticas de comunicação acessível, talvez por não perceberem as pessoas com deficiência como consumidoras.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020 havia cerca de 17,3 milhões de brasileiros acima de 2 anos de idade com alguma deficiência. Essas pessoas representam o grupo de maior exclusão do mundo (BONITO, 2020). No Brasil, são mais de 10 milhões de pessoas com algum grau de surdez, sendo que 2,7 milhões não ouvem nada e 2 milhões são jovens de até 19 anos (BONITO,

2020). As pesquisas de Bombini e Morais (2021), de Bonito (2020) e de Siqueira, Evangelista e Belarmino (2014) mostram que a exclusão, o isolamento e a ausência de oportunidades para pessoas com deficiência (e outras minorias) começam na infância e se perpetuam ao longo da vida; perpassam os campos da educação, da política, da cultura, da comunicação e têm como consequências o aumento das desigualdades socioeconômicas, das desigualdades no acesso a direitos humanos, ao conhecimento, na construção de mundo, na participação social. Essas dificuldades são encontradas também na ambiência mediatizada.

Considerando que a sociedade detentora do discurso no meio analógico é a mesma que desenvolve a comunicação na web e também é a mesma que cria as tecnologias, é possível compreender que a acessibilidade não seja uma preocupação na projeção dos ambientes virtuais e dos conteúdos que ali circulam. Quando se trata de ciberespaço e de plataformas é importante considerar a inteligência artificial que orquestra todo esse ambiente mediatizado: os algoritmos, que são códigos baseados em padrões socialmente determinados. Se são construídos por humanos, as lógicas dos algoritmos vão apresentar, normalmente, o padrão de relacionamento encontrado historicamente na sociedade.

Para Couldry e Hepp (2017), os dados orientam a interação social e são o caminho para a construção do conhecimento e da realidade. São eles que direcionam o que o indivíduo deve consumir de informação, bem cultural ou material; que indicam qual comportamento deve ser seguido e qual opinião pode ser expressada em público. Isso se reflete nas três modalidades já estáveis de relação do público com a internet: (1) no acesso à informação (conhecimento), (2) na relação com as instituições e (3) na formação e vivências de grupos. A existência de uma ambiência para produzir conteúdo não garante que você seja visto ou que sua voz será ouvida. Como enfatiza Cardón (2015, p. 08), "...é essencial de compreender, de discutir e de criticar a maneira cujos algoritmos imprimem suas marcas sobre nossas existências, até ao ponto que eles se tornam indiscutíveis e

mesmo invisíveis”.

2 SELF E IDENTIDADE: DIFERENÇA E DESIGUALDADE

A dependência da infraestrutura digital e das interações mediadas nesse mundo de conectividade constante reforça a necessidade de existirmos online e, com isso, de criar uma identidade digital, que seria o self. Mas o que o self diz sobre nós? Uma vez que a auto-exposição tem o objetivo de que o sujeito seja reconhecido pelos outros, como o self e a identidade podem ser construídos em uma ambiência carregada de viés, de desigualdades, de filtros? Para Cardón (2019, p.113-114), “a identidade digital não pertence inteiramente aos indivíduos. É a consequência do espaço social em que interagem”. Se esse espaço é organizado pela inteligência artificial, as representações de si tornam-se ainda mais limitadas e homogêneas em relação aos grupos com os quais os indivíduos interagem.

Com a implicação cada vez maior da inteligência artificial nas práticas sociais e institucionais, os algoritmos selecionam e recortam o que cada indivíduo deve ter acesso, organizam os indivíduos em categorias e criam estratégias para filtrar mensagens, anúncios, pessoas e informação. Couldry e Hepp (2017) enxergam um potencial de violência no processo que, para eles, é seletivo e discriminatório. Além disso, a realidade social passa a ser organizada por essa lógica sem que os usuários tenham conhecimento dessa engrenagem em curso, que reflete na produção de sentido, na construção do real e no funcionamento da sociedade.

Neste contexto de construção do conhecimento a partir dos dispositivos tecnológicos e da inteligência artificial, as identidades também são construídas, reconstruídas e compartilhadas na ambiência mediatizada. A interação cada vez mais mediada influencia tanto na formação da identidade quanto na do self. Ambos os conceitos ajudam na compreensão da nossa existência, do nosso passado, de nossas visões de mundo, realidades e culturas. Para compreender um pouco mais, podemos recorrer

a John Thompson, que bem define o self:

É um projeto simbólico que o indivíduo constrói com os materiais simbólicos que lhe são disponíveis, materiais com que ele vai tecendo uma narrativa coerente da própria identidade. Esta é uma narrativa que vai se modificando com o tempo, à medida que novos materiais, novas experiências vão entrando em cena e gradualmente redefinindo a sua identidade no curso da trajetória de vida (THOMPSON, 2011, p. 183-184).

Self e identidade são termos que por vezes se confundem, estando intimamente relacionados, em Thompson. Ele destaca, de um lado, o caráter ativo e criativo do self sem sugerir que esse seja socialmente incondicionado, em razão, de outro lado, da distribuição desigual dos materiais simbólicos, que formam os elementos da identidade, não estando disponíveis do mesmo modo a todos (THOMPSON, 2011). Ambos são construções sociais que dependem da interação, da socialização, dos contextos históricos e sociais. Ambos também sofrem influência da interação cada vez mais mediada, do espaço e do tempo.

A identidade é relacional, social, cultural, marcada pela diferença e pode ser entendida como um processo de construção social (WOODWARD, 2011). A identidade possui elementos identificadores que situam o sujeito diante das coletividades, ao mesmo tempo em que também marcam uma posição de singularidade em relação aos outros (MELO; BRAGA, 2013). Pessoas com deficiência, por exemplo, são rotuladas como diferentes daquelas consideradas “normais”. Assim, a deficiência poderia ser considerada uma forma de identidade que depende dos “normais”, ou seja, da diferença. À primeira vista, poderia-se pensar que as pessoas surdas formam uma comunidade homogênea, convergente, com interesses comuns. No entanto, há muitas diferenças entre elas e é também dentro dessa diversidade que as identidades são construídas.

A diferença, no entanto, não marca apenas características, ela se sustenta pela exclusão. A luta para afirmar diferentes identidades tem causas e consequências materiais e sociais. A afirmação da identidade e a

marcação da diferença implicam as operações de incluir e excluir. Dizer o que somos significa também dizer o que não somos. Quando um indivíduo ou grupo é marcado como diferente, inimigo ou inferior, isso traz consequências reais porque gera exclusão e desvantagens materiais para aquele que irá se manter isolado e silenciado (WOODWARD, 2011). Essas fronteiras supõem relações de poder, que são demarcadas tanto pela falta de representatividade quanto por formas de exclusão social. A fixação de uma determinada identidade como norma é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta nesse campo. A construção social sobre a deficiência é um fenômeno dado neste universo.

O self pode ser considerado como a “objetificação do eu” (MELO; BRAGA, 2013, p. 3), que é construída na interação mediada. Quando o sujeito apresenta sua identidade em uma plataforma social, ele se objetiva para os outros naquele ambiente, a partir de um enquadramento de sua imagem. Diante da interação do outro com sua imagem, o self é construído. Portanto, o self seria a autorreflexão de sua identidade, apresentada através de uma imagem com o objetivo de receber interações positivas.

Neste sentido, é possível entender que em cada ambiente, em cada plataforma, o sujeito se apresenta com o objetivo de ser aceito por determinados grupos sociais, em uma estratégia de negociação entre imagem e interação. A partir do uso e da apropriação crescente das tecnologias, a identidade também passa a depender mais da ambiência mediatizada (MELO; BRAGA, 2013). Esta perspectiva vai ao encontro de Thompson (2011), que alerta que a evolução dos meios de comunicação teve um profundo impacto no processo de formação do self, a partir das experiências cada vez mais mediadas.

Porém, para além da dependência da interação mediada e de todas essas estratégias de aceitação, a construção da identidade é caracterizada sobretudo pelos recursos sociais e culturais de que o sujeito dispõe. E esses recursos não são os mesmos para todos e são reforçados pela

inteligência artificial, o que resulta em maiores desigualdades sociais e materiais na ambiência mediatizada (CARDÓN, 2019). Em uma sociedade desigual, onde as plataformas sociais se apresentam como um espaço importante para a produção de sentido, para a construção de mundo e de funcionamento da sociedade, é importante chamar a atenção para os sujeitos cujas identidades são marginalizadas ou estigmatizadas.

3 DISCRIMINAÇÕES ALGORÍTMICAS NO SILENCIAMENTO DE GRUPOS OPRIMIDOS

Pode-se definir discriminação algorítmica como a automatização de processos de exclusão, que limitam as capacidades e as oportunidades de determinados grupos sociais (MONAGREDA, 2024). Neste debate que reconhece os algoritmos como uma máquina de aprendizagem discriminatória, chama a atenção o fato de as pessoas com deficiência ainda não serem incluídas na discussão. Ao pesquisar sobre algoritmos e preconceito, encontramos importantes estudos sobre racismo algorítmico, como as pesquisas de Silva (2020), mas não sobre pessoas com deficiência. Se a programação da televisão e da internet não se preocupa com esse público, o que pensar sobre a inteligência artificial que seleciona e orienta não só o consumo na internet, como também as relações e práticas sociais? Tudo isso pode influenciar no comportamento e na construção das identidades das pessoas em geral, e sobretudo daquelas com deficiência auditiva, que comumente se encontram à margem dos direitos à comunicação, informação e cultura.

Estas questões instigantes passam pela importância do acesso à cidadania como um direito de viver em sociedade e de ter escolhas. Se os algoritmos procuram ditar a vida cotidiana sem que os sujeitos tenham conhecimento sobre isso; e mesmo quando têm compreensão, não sabem como escapar dessa lógica algorítmica, é preciso discutir a construção de identidades a partir dessas intervenções tecnológicas que são permeadas de viés.

Silva (2020) tem se dedicado aos estudos sobre racismo algorítmico e apresenta alguns conceitos interessantes que se relacionam também com este nosso estudo. O autor analisa discriminações encontradas através da inteligência artificial, que ele denomina de “opressões algorítmicas sutis” (SILVA, 2020, p. 132) e apresenta uma contribuição ao estudo de microagressões digitais. Apesar de seus estudos terem como foco o racismo, os temas abordados pelo autor se aproximam também do debate desta pesquisa e trouxeram uma perspectiva para a análise dos discursos de pessoas surdas, suas identidades e modos de vida.

O termo microagressões procura atender às agressões que acontecem na ambiência digital e extrapolam aquele espaço, causando danos morais e físicos, além de reverberar preconceitos sociais, aumentar o discurso de ódio e silenciar populações que já são marginalizadas socialmente. “Micro”, portanto, não se refere ao grau de violência. Além disso, essas agressões são sutis, paralisantes e dadas incessantemente. Silva (2020) explica que as microagressões são ofensas verbais ou não verbais e podem ser entendidas como discursos discriminatórios que se apresentam através de textos, imagens, silenciamentos e exclusão.

Aqui se propõe uma contribuição para a discussão sobre discriminações algorítmicas, ao acrescentar no debate as microagressões vivenciadas por pessoas surdas, que se encontram à margem da sociedade e de seu direito à comunicação ao serem excluídas das narrativas e invisíveis para os algoritmos. As características das plataformas digitais que selecionam perfis semelhantes, reproduzem conteúdos sem acessibilidade e ignoram a diversidade, reforçam as microagressões e intensificam seus impactos na vida dos indivíduos que são afetados por serem diferentes do que seria considerado o padrão.

Para além das representações que incluem e excluem, as informações também são moldadas a partir de uma inteligência artificial permeada de viés e são compartilhadas e reconfiguradas por uma sociedade também

carregada de preconceitos. Essa invisibilidade pode ser considerada uma forma de microagressão. Se há uma invisibilidade social, essa exclusão irá se refletir nos códigos, na internet, nas interações mediadas. Quanto menos um tema é debatido ou um conteúdo é procurado, menos ele aparecerá nos canais de busca, o que reforça a invisibilidade de outros dados, já que a maioria das pessoas se conforma com a primeira página de respostas (SILVA, 2020). Neste sentido, Couldry e Hepp (2017) também observam que nessa engenharia dos algoritmos, o que não é selecionado se torna invisível.

O preconceito de identidade de gênero, o racismo, o machismo e o capacitismo são manifestações da discriminação contra pessoas consideradas diferentes do corpo socialmente construído como padrão. De acordo com Abreu, Furtado e Santos (2022), o problema da discriminação algorítmica se evidencia nesse contexto de discriminação, quando os posts e comentários aparecem como mais relevantes em relação a outros e, assim, sobressaem discursos carregados de viés, que interessam a uma parcela da população e revelam o pensamento dessas pessoas como se representassem toda a sociedade. Com a exposição ainda cada vez maior na ambiência midiaticizada, o viés discriminatório das mensagens tem seus impactos na construção das identidades, sobretudo nas identidades de pessoas que ocupam corpos considerados diferentes, como são os casos das pessoas com deficiência, das pessoas negras e da comunidade LGBTQIAPN+. Os autores ressaltam que esse é um problema decorrente da inteligência artificial e que é, portanto, fundamental apontar os riscos sociais e encontrar formas de romper com essa lógica.

4 A TENTATIVA DE APROPRIAÇÃO DO DISCURSO DIANTE DAS MICROAGRESSÕES

O silêncio nutre uma força que o faz significar em outro lugar. Quando o tema da inclusão ganha o mundo, mas segue silenciado pelos meios de comunicação, alguns sujeitos encontram na internet uma possibilidade de

apropriação do discurso, na esperança de se ter uma comunicação mais democrática, de ter acesso à informação, de compartilhar seus sentidos e quebrar o silêncio. Assim, influenciadores digitais surdos investem em plataformas como Facebook, Instagram, YouTube e TikTok para fazer ouvir suas vozes, escutar seus pares, produzir e ter acesso aos sentidos.

Entendendo o Facebook como uma plataforma que se apresenta como um dispositivo de comunicação e sociabilidade, esta etapa do estudo tem o objetivo de compreender a apropriação da plataforma pelos surdos e analisar se o discurso de identidade aparece em páginas que são administradas por pessoas surdas, com conteúdos sobre particularidades de quem tem deficiência auditiva. Para a constituição do *corpus*, no primeiro momento foi feito o levantamento das páginas a serem analisadas. A escolha por elas se deu a partir do acompanhamento diário ao longo do primeiro semestre de 2023. Um período similar, no ano precedente, já havia sido trabalhado no âmbito de uma pesquisa que tem interesse no estudo do discurso numa perspectiva diacrônica. A escolha tem elementos que contemplam o objetivo deste artigo e complementa, igualmente, uma investigação mais ampla em curso. A princípio, essa busca foi feita também no Instagram, mas na época da coleta de dados, as páginas apresentavam mais postagens e maior engajamento no Facebook. Por isso, esta foi a plataforma escolhida.

A partir de uma pesquisa exploratória no Facebook em busca de páginas criadas por e para pessoas surdas, foram encontradas “Libras Avante”, “Libras_Salvador”, “INES”, “TV INES”, “Comunidade Surda”, “Legenda para quem não ouve, mas se emociona”, “Desculpe, não ouvi” e “Crônicas da Surdez”. No entanto, nas seis primeiras não foram encontrados posts referentes à temática estabelecida. Por isso as páginas selecionadas foram “Desculpe não ouvi” e “Crônicas da Surdez”, que possuem engajamento relevante no Facebook, têm seguidores com diferentes perfis e abordam o fenômeno aqui estudado. Definidas as páginas “Crônicas da Surdez” e “Desculpe, não ouvi”, foram selecionados para análise os *posts* que

apresentam discurso sobre identidade.

A página "Desculpe, não ouvi" tem 10 mil seguidores e é administrada por Lak Lobato, escritora, comunicóloga e ficou surda aos 10 anos de idade. Aos 30 anos, Lak Lobato passou por cirurgias de implante coclear e voltou a ouvir. Seus posts mostram uma preocupação com a pauta da representatividade e como isso impacta na formação da identidade das pessoas surdas, e os seguidores também trazem essa reflexão. Ela criou uma personagem infantil chamada Lalá, que é uma criança surda usuária de implante coclear, por isso dá nome a um dos seus livros, "Lalá é assim, diferente igual a mim".

A página "Crônicas da Surdez" tem 75 mil seguidores e é administrada por Paula Pfeifer, autora de livros sobre surdez. Ela também é surda oralizada e usuária de implante coclear. Os temas dos livros aparecem em seus posts, que trazem informações sobre a diversidade do universo surdo, implante coclear e direitos das pessoas com deficiência auditiva.

Ambas as páginas têm postagens diariamente. Lak Lobato e Paula Pfeifer podem ser consideradas formadoras de opinião e influenciadoras digitais para pessoas surdas e seus familiares. Ambas apresentam relatos de experiências que ressaltam a diversidade que há entre as pessoas surdas, informações de utilidade pública e dados científicos através da criação de conteúdos acessíveis.

A observação nessas páginas contribuiu para uma articulação com a análise do discurso, que tem como aporte teórico Eliseo Verón. Foram analisados, então, os discursos sobre identidade, a fim de compreender os modos de dizer. Neste sentido, a legenda, a imagem, bem como a linguagem apresentada, despertam a atenção do leitor e podem motivar uma participação mais ativa. A análise do discurso considera o contexto de determinado discurso e do que ele se constitui para apresentar uma narrativa. Nesta perspectiva, a abordagem utilizada na pesquisa colaborou com a compreensão sobre como os surdos se apropriam do ciberespaço,

interagem uns com os outros e se utilizam daquele ambiente para expressar suas demandas e opiniões; além de mostrar como o discurso sobre identidade é construído. Neste sentido, o que é dito por eles naqueles ambientes em relação à formação da identidade de pessoas surdas?

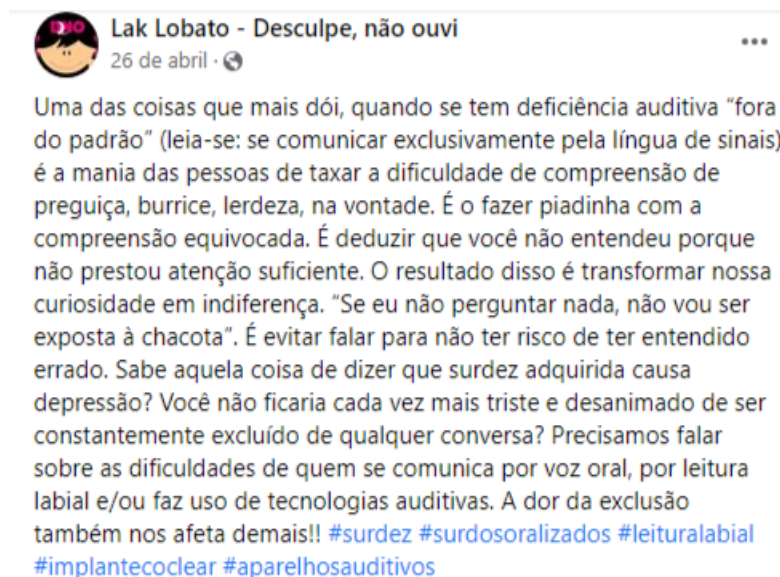
Na página “Desculpe, não ouvi” foram encontrados nove *posts* no período analisado que apresentam o discurso sobre identidade e os termos frequentes dessas mensagens são “direito à comunicação”, “representatividade”, “deficiência” e “diversidade”. Em “Crônicas da Surdez” foram encontrados cinco com o assunto e os termos frequentes são “deficiência auditiva”, “surdos” e “direitos”. Os termos frequentes mostram a percepção das influenciadoras em relação ao que se relaciona com a construção da identidade. A análise diária nas páginas selecionadas, portanto, mostrou que o tema da identidade aparece em um discurso que se preocupa com o direito à comunicação, com o acesso à informação, com a representatividade, com o exercício da cidadania e com a diversidade. Questões que devem ser garantidas para todos os cidadãos, mas que comumente são negadas às pessoas com deficiência.

Nessas postagens, foi possível observar que os discursos muitas vezes são relatos sobre discriminações que as pessoas surdas vivenciam tanto na vida offline quanto na online. É neste sentido que as postagens apresentam categorias semelhantes às aquelas encontradas nas pesquisas sobre racismo algorítmico. Através dos posts, identificamos nos discursos ali presentes as categorias de suposição de inferioridade intelectual, negação de realidade; negação de cidadania e exclusão. Todas elas mostram discriminações contra pessoas com deficiência e tem implicações ainda na construção da identidade e do self.

Percebe-se a suposição de inferioridade intelectual na falta de representatividade e de acessibilidade nos conteúdos audiovisuais e no silenciamento ao excluir esses indivíduos dos discursos. No *post* a seguir,

publicado no dia 26 de abril de 2023, Lak Lobato falou sobre a suposição de inferioridade intelectual que comumente é direcionada às pessoas surdas:

Figura 1. Post sobre inferioridade intelectual.



Fonte: Página do Facebook “Desculpe, não ouvi”, de Lak Lobato.

Nos meios de comunicação, as pessoas com deficiência não costumam ser convidadas a falar. As narrativas sobre pessoas com deficiência muitas vezes estão relacionadas a acidentes ou em matérias sobre superação, inspiração, com o uso de trilha sonora dramática e um discurso que pretende comover. Essas pessoas são entrevistadas em datas como o Dia da Pessoa com Deficiência e não como um pesquisador que é convidado para analisar determinado acontecimento ou em uma campanha comum de Dia dos Namorados. Ao fomentar essa representação negativa e estigmatizada, os sujeitos são vistos de forma desumana, são retiradas suas identidades, seus direitos, suas vozes (MUSTAFÉ; COELHO, 2021).

A categoria “negação de realidade” aparece comumente ao julgar que as pessoas surdas não precisam de recursos de acessibilidade ou que não são surdas, já que falam. Portanto, um preconceito é acrescido de outro,

que nega a realidade de mais de 10 milhões de brasileiros e mantém apagadas as diferentes demandas dessa população. É possível observar nessas páginas do Facebook o debate sobre as diferenças entre as pessoas surdas, que muitas vezes gera conflito e aumenta a desinformação sobre o assunto, refletindo em posicionamentos de pessoas sem deficiência que não dão crédito àquelas que fogem do estereótipo de pessoas surdas. Esse estereótipo seria o de surdos sinalizados e ainda mudos, uma vez que o senso comum parece entender que surdos não falam. Um dos comentários nesse *post* é de uma seguidora que diz: “Outro dia eu fiz um comentário em uma página e uma pessoa me respondeu: ‘como você é surda e está aqui conversando?’ É incrível como as pessoas acham que surdos são mudos e não podem saber português”.

Outra forma de negar a realidade dessa parcela da população está nas legislações que são criadas sem ouvir essa camada da sociedade, considerando uma comunidade homogênea, que se comunica através de Libras e não existe na ambiência digital. No dia 24 de abril de 2023, data da regulamentação da Lei 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de expressão e comunicação dos surdos, encontramos uma publicação na página Crônicas da Surdez de Paula Pfeifer, que vai ao encontro dessa discussão.

O *post* teve 182 curtidas, 17 comentários e 58 compartilhamentos, mostrando que o assunto é de interesse das comunidades surdas e seguiu em circulação na plataforma. Um dos comentários foi: “eu adoro esta página porque você me representa”; e outro: “quem cria as leis precisa saber que eu não preciso aprender Libras pra respeitar a língua. Do mesmo jeito que eu preciso ser respeitada por precisar de legenda”.

Figura 2. Post sobre negação de realidade.

Fonte: página do Facebook de Crônicas da Surdez.

No dia 27 de maio de 2023, um *post* da página “Desculpe, não ouvi” também mostra que a diversidade entre as pessoas surdas não é compreendida pela sociedade, nem tampouco pelas legislações brasileiras. Lak Lobato analisa as leis atuais e diz que é possível perceber que as legislações “publicadas nos últimos anos abordam apenas um tipo de sujeito surdo, ignorando a diversidade existente na surdez, tanto no contexto educacional quanto no contexto social”. Ela explica que o sujeito surdo contemplado pelas políticas públicas é o usuário de Libras, sendo que os surdos brasileiros são repletos de diversidade e se “subdividem em surdos oralizados, sinalizados e bilíngues”. Essas discriminações mostram como a sociedade procura homogeneizar as pessoas e isso reverbera na criação dos algoritmos que, por sua vez, produzem discursos e sentidos homogêneos.

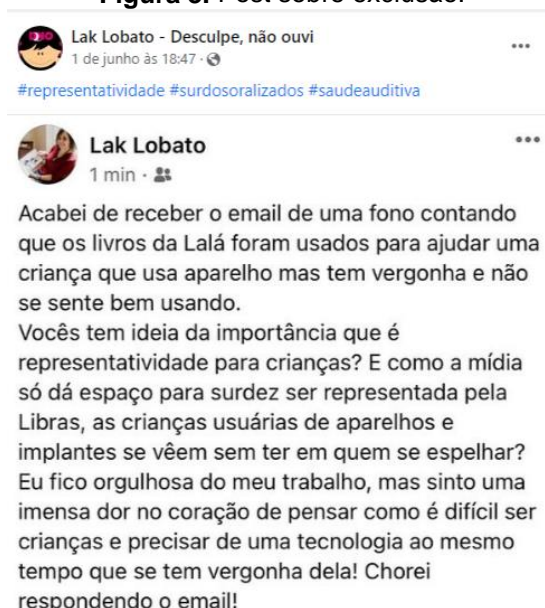
A negação de realidades tem consequências ainda na negação de cidadania, outra categoria encontrada aqui. Quando se nega o direito à comunicação, é negado também o direito de exercer a cidadania, de ser

ouvido e de se expressar através dos meios de comunicação, de se apropriar dos dispositivos tecnológicos, de criar sua identidade. Além disso, se na ambiência mediatizada, o que não é selecionado não é visto, se a identidade é cada vez mais construída através das experiências mediadas, a quem não é dado o direito de se apropriar e de ser visto, irá se manter invisível.

As categorias surgem como sequência. Em decorrência da negação de cidadania, aparece a categoria de exclusão ou isolamento na ausência de uma linguagem acessível, no silenciamento nas plataformas (inclusive em portais de notícias) sobre o tema da inclusão, da igualdade, da diversidade, no viés algorítmico que representa os preconceitos da sociedade, na falta de representatividade que reforça a invisibilidade de pessoas surdas e de tantas outras.

No dia 01 de junho de 2023, Lak Lobato compartilhou uma experiência que vivenciou com seus livros “Lalá é assim: diferente igual a mim” e “E não é que eu ouvi?”, onde Lalá é uma criança surda usuária de implante coclear. No post ela ressalta a importância da representatividade para a autoestima, auto-aceitação e formação da identidade:

Figura 3. Post sobre exclusão.



Fonte: Facebook, página Desculpe, não ouvi, de Lak Lobato.

A representação da deficiência na mídia costuma ser a partir de ideias preconcebidas que aumentam o estigma de incapacidade, de fraqueza e de dependência. Se as narrativas midiáticas são, muitas vezes, a principal fonte de acesso à informação e ao conhecimento de mundo, esses discursos promovem desinformação e aumentam a exclusão social (GOMES; MOUTINHO, 2021).

A marcação da diferença é reforçada nos meios de comunicação (antigos e novos), responsáveis pela representatividade e identificação, o que tem reflexo nas práticas e relações sociais. Woodward (2011) ressalta que o papel da representação e da cultura na produção de significados tem implicações na identificação, no sentido da experiência, na compreensão sobre quem somos e quem queremos ser. Silva (2020) ressalta ainda que os bancos de imagens reforçam os estereótipos e silenciam grupos minoritários ao apresentar como opções de fotos pessoas com os mesmos perfis de pele, cabelo e corpo. Com isso, as campanhas publicitárias seguem reforçando aquele padrão e não valorizam a diversidade, o que gera um efeito cascata e diminui a representatividade.

Quando as pessoas com deficiência são representadas pelas mídias, é em uma condição que reforça os estereótipos e incentiva o capacitismo. Isso mostra qual a percepção que se tem delas e, normalmente, reflete falta de conhecimento tanto dos profissionais da comunicação quanto da sociedade em geral. Garcêz (2021) entrevistou Katie Ellis, pesquisadora de mídia e deficiência, que ressaltou que esse grupo social é representado a partir de uma visão estereotipada e discriminatória e esse preconceito segue para outros ambientes mediatizados, como nas plataformas. Mesmo que as pessoas com deficiência estejam se apropriando desses ambientes, ocupando seu espaço e tentando se fazer ouvir, as plataformas sociais replicam a falta de acessibilidade, replicam as discriminações que elas já vivenciam no dia a dia. Comumente essas pessoas são ridicularizadas nas mídias sociais, sofrem crimes de ódio e as representações seguem como

fontes de inspiração para a superação de desafios. Além dos preconceitos, a ausência de acessibilidade também está em todos os lugares, tanto na vida *offline* quanto na online. As tecnologias são subutilizadas e as pessoas com deficiência se mantêm à margem do discurso e a inclusão ainda não ocorre (GARCÊZ, 2021).

Desta forma, como analisar o que não existe para a mídia ou não aconteceu na história que é narrada? Se algo não existe para os meios de comunicação, não será debatido também pela sociedade e seguirá silenciado. É preciso uma ruptura desse processo. Para que um sujeito silenciado possa se posicionar, é preciso muitas vezes que ele encontre um outro espaço, onde sejam permitidos os seus sentidos. É nessa disputa de sentidos que alguns temas invisibilizados ganham espaço nas páginas criadas por pessoas surdas, na tentativa de apropriação do discurso, na esperança de se ter uma comunicação mais democrática e cidadã.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, observa-se que é importante entender como a experiência mediada atua no cotidiano dos indivíduos e encontrar formas de construir uma comunicação mais democrática, que tem implicações ainda na formação das identidades e do self. Apesar de viver-se em uma era de mediatização profunda, o acesso não é para todos e é controlado por poucos.

É urgente uma ruptura desse processo. Considerando que em todo discurso há uma relação de poder, a construção de sentidos nas práticas e relações sociais, que são cada vez mais mediadas, reforçam o poder de definir também quem é incluído e quem é excluído dos discursos e, conseqüentemente, do direito à comunicação, de construir sua identidade e exercer a cidadania. Nesse sentido, percebe-se que as identidades são desenvolvidas a partir das interações cada vez mais mediadas e os algoritmos têm implicações importantes nesse processo ao reproduzir as discriminações sociais e manter comunidades silenciadas.

A complexidade da sociedade demanda um olhar com respeito à diversidade e mostra que as características e subjetividades de cada indivíduo extrapolam os estereótipos; e que suas identidades não podem ser limitadas às formas como têm sido representadas.

A abordagem no Facebook contribuiu com a compreensão de como o discurso sobre identidade circula em páginas destinadas a pessoas surdas e apresentou duas ativistas importantes: Lak Lobato e Paula Pfeifer. Do mesmo modo, foi possível observar como os discursos são construídos em cada uma dessas páginas, utilizando uma linguagem acessível, o que faz com que os seus seguidores também tenham a oportunidade de expressar suas opiniões e demandas.

Diante deste tema, entende-se ainda que os profissionais da comunicação devem exercer seu papel ativo como mediadores da sociedade e contribuir para a desconstrução dessa realidade construída pela inteligência artificial de modo discriminatório, excludente, que reforça a invisibilidade de grupos já historicamente oprimidos. Há duas frentes importantes para repensar e analisar os processos de comunicação. De um lado, no interior da razão comunicacional na qual o sentido é estudado a partir dos instrumentos fornecidos pelas ciências da comunicação e disciplinas afins: semiótica, análise dos discursos etc. De outro, pela razão computacional onde o sentido é construído sobretudo pelos algoritmos e seus conjuntos de instruções orientadas paulatinamente a realizar tarefas específicas. Nesta perspectiva, os algoritmos são utilizados para processar dados, num exercício de aprendizagem com eles, tomar decisões ou efetuar ações, limitando ou ampliando a inteligência humana, reportando suas diferentes características denominada inteligência artificial.

REFERÊNCIAS

ABREU, Anderson Jordan Alves; FURTADO, Kathya Cristhyna Silva; SANTOS, Rennan Kevim Costa. Inteligência artificial e preconceito de identidade de gênero: o problema do viés na construção das IA's e a perpetuação das discriminações em sociedades previamente discriminatórias. **Revista COR LGBTQIA+**. Curitiba, v. 1, n. 3, p. 228-246, 2022.

BONITO, Marco. Jornalismo Digital: reflexões teóricas e práticas educacionais a partir da acessibilidade comunicativa. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 10, n. 26, p.28-39, 2020.

CARDÓN, Dominique. **Cultura Digital**. Cap. 3. Cultura participativa e redes sociais. p. 89-134. Paris: Presses de Sciences Po, 2019 — (Les Petites Humanités).

_____. **À quoi rêvent les algorithmes – nos vies à l’heure des big data**. Paris, Seuil, 2015.

COULDRY, N.; HEPP, A. **The mediated construction of reality**. Cambridge: Polity, 2017.

GARCÊZ; Regiane Lucas. Entrevista com Katie Ellis. **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 15, p. 38-43, 2021.

GOMES, Selma Regina; MOUTINHO, Maria Cecília Bello. Identidades mediatizadas: o enquadramento da deficiência e de atletas paralímpicos em narrativas globais. **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 15, p. 308-326, 2021.

MELO, Paulo Victor; BRAGA, Vitor. **Self, identidade, redes sociais: definições e relações entre a psicologia social e a comunicação em tempos de redes sociotécnicas**. ABCiber. 7 Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Ciberultura. 2013.

MONAGREDA, Johanna K. **Por que falar de raça quando falamos de dados pessoais, inteligência artificial e algoritmos?** In: Inteligência artificial e algoritmos: desafios e oportunidades para os media. GONÇALVES, Adriana; TORRE, Luísa; MELO, Paulo Victor [Orgs.]. LabCom Comunicação e artes. Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2024, p. 103-134.

MUSTAFÉ, Isabella Szabor Machado; COÊLHO, Tamires Ferreira. “Eu Respeito”? reflexões sobre acessibilidade afetiva e comunicativa na publicidade do MMFDH. **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 15, p. 243-265, 2021.

SANTOS, Iara Alves dos; BELARMINO, Joana; LEAL NETO, José Primitivo. Webtelejornalismo e acessibilidade: análise de conteúdo do jornal primeira mão a partir de notícias de interesse público e da audiência surda. **Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**, v.10, n.1, 2021.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. Sérgio Amadeu da Silveira (org.). Edições Sesc, 208 p., 2020.

SIQUEIRA, Jonara Medeiros; EVANGELISTA, Amanda Falcão; BELARMINO, Joana. **Jornalismo, Conferência Nacional de Comunicação e Acessibilidade: Apontamentos para Reflexão**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – João Pessoa -- PB – 15 a 17/05/2014.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis. Ed. Vozes, 12ª edição, 261 p., 2011.

WOODWARD, Katryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Katryn Woodward. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SOBRE OS AUTORES:

Juliana Linhares Brant Reis

Mãe. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestra em Ciências pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Especialista em Docência no Ensino Superior pela Universidade FUMEC e em Mídia Eletrônica - Rádio e TV pelo Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH. Bacharel em Comunicação Social/Relações Públicas pelo Centro Universitário Newton Paiva. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Análise do Discurso e Mídia (CEPAD/UFBA).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5942-3062>

E-mail: julianalinharesb@gmail.com

Giovandro Marcus Ferreira

Professor Titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na qual integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas e coordena o Centro de Estudo e Pesquisa em Análise do Discurso e Mídia (CEPAD) e o Centro de Estudo em Comunicação, Democracia e Cidadania (CCDC). Doutor e mestre em Ciências da Informação Mídias pelo Instituto Francês de Imprensa e Comunicação (Universidade Paris 2 Panthéon-Assas). Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas). Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) de 2017-2023. Pesquisador com Bolsa PDE-CNPq (2022-2023) e com Bolsa Produtividade do CNPq (PQ).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1289-6089>

E-mail: giovandro.ferreira@gmail.com

Artigo recebido em: 12 maio 2024. | Artigo aprovado em: 20 jun. 2024.